



Observatório de Política Externa Brasileira

– Informe de Política Externa Brasileira – Março – 2012

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação temático executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em seu Informe mensal, o Observatório de Política Externa Brasileira destina-se a analisar a cobertura dada pelas revistas semanais *Veja*, *Carta Capital* e pelos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, mais especificamente pelos seus editoriais. Partindo-se do princípio de que esses veículos são formadores de opinião pública e representantes de posicionamentos político-ideológicos distintos, justifica-se verificar qual a visão que divulgam a respeito das ações do governo brasileiro no que tange a sua política externa. A metodologia utilizada para a realização dessa análise será a leitura minuciosa das reportagens e posterior cotejamento das mesmas a fim de identificar as diferentes percepções dessa política de Estado. Em um segundo momento, uma breve análise da conduta brasileira no âmbito internacional será feita à luz das Relações Internacionais.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo Congresso.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Mestre em História (Unesp/Franca): Tiago Pedro Vales (bolsista FAPESP);

Mestranda em História (Unesp/Franca): Adriana Suzart de Pádua (bolsista FAPESP);

Mestranda em Relações Internacionais (San Tiago Dantas – Unesp/Unicamp/PUC-SP): Camila Cristina Ribeiro Luis (bolsista CAPES);

Graduando em Relações Internacionais: Raphael Camargo Lima (bolsista CNPq/PIBIC).



Observatório de Política Externa Brasileira

Dos periódicos analisados por este Observatório no mês de março, apenas os jornais trouxeram notícias sobre política externa brasileira, sobre as quais destacaram-se três ações principais do governo: a reaproximação comercial entre Brasil e os países norte-americanos, a viagem da presidente Dilma Rousseff à Alemanha e sua crítica à política econômica adotada pela Europa para combater a crise financeira e a reunião do grupo de países formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) realizada no final do mês na Índia e que contou com a presença da presidente brasileira.

Brasil: Relações Comerciais Norte-Sul

Os Jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, por meio da veiculação de três editoriais sobre as relações comerciais entre Brasil e os países norte-americanos, Estados Unidos e México, parecem apontar para uma inflexão no rumo da política externa brasileira do governo Rousseff, quando comparada com a de seu antecessor, no que diz respeito a uma reaproximação comercial com os países do norte do continente americano.

Em janeiro de 2012, o Brasil voltou a ter como principal destino de suas exportações os Estados Unidos, lugar que foi ocupado pela China nos últimos anos. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a retomada dessa posição por parte dos Estados Unidos não deve ser vista como episódico, visto que os dois países são tradicionais parceiros comerciais, apesar de algumas discordâncias diplomáticas.

O diário lembra também, ao analisar a pauta de exportação brasileira para o país norte-americano, que esta é muito mais vantajosa para o Brasil que a pauta de exportações para a China. Os Estados Unidos importam produtos manufaturados de elevado conteúdo tecnológico, como aviões, além de pastas químicas, ferro-ligas, petróleo em bruto e café em grão, enquanto o país asiático importa apenas produtos primários, especialmente minério de ferro e soja.

De acordo com o periódico, as exportações brasileiras para os Estados Unidos tiveram um salto de 43,92% em janeiro, em comparação com o mesmo



Observatório de Política Externa Brasileira

mês de 2011, o que permitiria vislumbrar uma oportunidade aberta para promover ativamente as vendas para o maior mercado do mundo, o que não é incompatível, de modo algum – como alguns setores do governo tendem a acreditar –, com a busca de mercados alternativos para os produtos nacionais.

A inflexão na política comercial do Brasil, alavancada pelo governo Rousseff e reforçada pela retomada do crescimento das exportações para os Estados Unidos, está relacionada também ao momento de recuperação da economia internacional, vivenciada principalmente pelos países desenvolvidos. Esta inflexão, no entanto, não inviabiliza a estratégia de diversificação de mercados como meio de aumentar a autonomia decisória brasileira no cenário global, postulada pelo governo anterior, mas, ao contrário, representa uma oportunidade de fortalecê-la.

A possibilidade de ampliar e diversificar o intercâmbio comercial com tais países em um momento de reestruturações das relações comerciais internacionais permite ao Brasil negociar com mais desenvoltura e autonomia questões pertinentes aos interesses do setor empresarial nacional. Por outro lado, como apontado na crítica apresentada pelos periódicos, tal setor deverá preparar-se para competir globalmente.

Neste sentido, a revisão do acordo automotivo com o México também aponta para a disposição do atual governo brasileiro de voltar-se novamente para os países do norte do continente e atender, de certa forma, às pressões e aos anseios do setor industrial nacional, frequentemente veiculados pelos periódicos monitorados por este Observatório.

O governo brasileiro, após ameaçar romper o acordo automotivo com o México, em vigor desde 2002, devido ao crescente déficit no setor, conseguiu rever as normas que regulam o comércio de veículos entre os dois países. Com o aumento em 30% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre veículos importados, o Brasil propôs rever o acordo automotivo com o México, cujas montadoras têm acesso ao mercado brasileiro sem a adoção de impostos adicionais sobre outros importados.



Observatório de Política Externa Brasileira

A proposta brasileira incluiu três elementos principais: prazo para que o índice de nacionalização mexicano se aproxime do brasileiro; cota máxima de importações limitada a US\$ 1,4 bilhão; inclusão de caminhões no novo acordo, item em que o Brasil é competitivo, com isenção de tarifas em 2015. Este último quesito, no entanto, teve apenas referência protocolar no documento divulgado pelos dois governos. Os mexicanos mostraram-se favoráveis às linhas gerais de revisão do acordo, mas defenderam que a cota tenha por base o ano de 2011, para consolidar a posição superavitária atual. Em contrapartida, haveria aumento progressivo da nacionalização, para 45%, até 2014.

Para o jornal *Folha de S. Paulo*, é compreensível a tentativa do governo brasileiro de rever este acordo, uma vez que o índice de nacionalização exigido dos carros fabricados no Brasil é de 65% e os mexicanos adotam o limite de 30%, um incentivo para que aquele país sirva como base de exportações para o Brasil de veículos com muitos componentes de terceiros.

No entanto, segundo o mesmo diário, a revisão do acordo não resolverá os problemas de competitividade brasileira no setor automotivo. Após muitos anos de inovação insuficiente, em especial na comparação com as novas marcas asiáticas, a indústria nacional vem perdendo mercado com rapidez. Desta forma, conclui o jornal, redefinir o acordo com o México é uma atitude sensata para evitar uma explosão de importações, mas é imperativo revisar também todo o regime automotivo, para fixar metas claras de pesquisa e exportação da indústria nacional.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, em editorial sobre o mesmo acordo, comparou a postura do governo brasileiro à política de comércio exterior argentina, caracterizada como protecionista e, portanto, prejudicial ao Brasil e ao desenvolvimento regional, razão pela qual é muito criticada por Brasília. Além disso, para o periódico, ao demonstrar preocupação exagerada com a balança comercial de um segmento da indústria – o automotivo – e apenas com um país, o governo mostrou ter uma visão distorcida da realidade do setor industrial brasileiro. O déficit do comércio de veículos com o México é apenas



Observatório de Política Externa Brasileira

uma pequena fração do déficit comercial total da indústria de transformação, que, no ano passado, se aproximou de US\$ 50 bilhões.

Faz-se importante lembrar e destacar o posicionamento do diário *O Estado de S. Paulo* no que diz respeito as suas críticas às relações comerciais brasileiras com os demais países da região, sobretudo com os Estados Unidos, durante o período de vida deste Observatório. Desde 2010, o referido periódico, sempre que pode, faz alusão à imprudência brasileira e argentina de terem recusado aderir à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), alegando que a não-adesão trouxe grande prejuízo à indústria nacional e ao Mercosul.

No entanto, deve-se notar que as ações do governo Dilma Rousseff, bem como à alusão do próprio jornal à longevidade das relações comerciais entre Brasil-Estados Unidos, parecem apontar para outros caminhos que não a submissão às regras comerciais assimétricas favoráveis ao país norte-americano. Tal contradição parece evidenciar certo desconhecimento e ingenuidade do jornal no que diz respeito à condução da política externa do país e de seus interesses nacionais, mostrando-se mais preocupado em servir aos seus grupos de interesses que propriamente cumprir sua função de informar com idoneidade.

A reaproximação comercial entre o norte e o sul do continente, juntamente com as relações sul-sul, preconizadas e valorizadas pelo governo anterior, são muito mais favoráveis ao Brasil quando o que está em jogo é a garantia de sua autonomia e consolidação de sua economia. Não se pode esquecer, no entanto, que internamente haverá necessidade de adequação por parte do setor industrial para atender as demandas dos acordos que estão sendo estabelecidos pelo governo. Esta é a contrapartida que deve ser dada pelo setor industrial brasileiro sempre tão exigente e severo em suas críticas às ações do governo.

Brasil e a crise financeira europeia

O jornal *O Estado de S. Paulo* criticou resposta dada pela presidente Dilma Rousseff em entrevista a um repórter em sua recente visita à Alemanha.



Observatório de Política Externa Brasileira

Ao ser questionada se sua queixa feita à primeira ministra alemã, Angela Merkel, sobre as medidas adotadas pelo Banco Central Europeu (BCE) para conter a crise econômica da União Europeia, não seria uma intervenção do governo brasileiro na política, legalmente autônoma do BCE, a presidente brasileira teria respondido que não, uma vez que os europeus, em função das medidas adotadas, também estavam interferindo na política brasileira.

De acordo com o diário, a presidente Dilma Rousseff tem fortes motivos para se preocupar com o excesso de euros, dólares e libras lançados nos mercados por três dos maiores bancos centrais do mundo rico, pois é realmente prejudicial ao Brasil e a outras economias em desenvolvimento. Mas, segundo o periódico, nenhum problema será resolvido com seu discurso, classificado como pedante, contra as políticas fiscal e monetária adotadas para combater a crise nos Estados Unidos, na zona do euro e no Reino Unido.

Para o jornal, a presidente Rousseff exibe uma evidente inclinação para um velho hábito latino-americano – atribuir aos países desenvolvidos toda a responsabilidade por problemas que tem origem interna e fazer muito menos que o necessário e possível para corrigir as próprias deficiências. No mesmo sentido, o periódico aponta que qualquer decisão econômica tomada num grande país ou bloco importante pode afetar positiva ou negativamente a economia de outros países, sem, no entanto, violar sua autonomia. O diário aconselha ainda as autoridades de Brasília a adotarem medidas internamente para tornar a empresa nacional mais eficiente e mais capaz de competir. Tais medidas poderiam ir muito além das ações defensivas, incluídas no conjunto de medidas de controle do fluxo de capitais discutido em reunião com o empresariado nacional convocada pela presidente brasileira após seu retorno da Alemanha.

Períodos de crise econômica exigem medidas cautelosas e prudentes para não piorar o que já não está como esperado. É natural que países como Estados Unidos e os da Europa, que por formarem um bloco têm de desenhar uma política comum, adotem medidas consideradas protecionistas. De fato, a mesma crítica foi feita às políticas alemãs para a própria Europa que tenta



Observatório de Política Externa Brasileira

recuperar a economia de países membros como Portugal, Grécia, Irlanda e outros. Por outro lado, as atividades econômicas do mundo todo se complementam e se relacionam de maneira bastante complexa. A pergunta que cabe é como fazer para minimizar os efeitos negativos dessa interdependência?

Ao que parece, mantendo a mesma linha de pensamento já demonstrada nas páginas deste Observatório, *O Estado de S. Paulo* insiste em apontar que o governo não se utilize de medidas de proteção mesmo em casos de ajuste contra ciclos econômicos de crise e continue a investir nos setores industriais. Todavia, o periódico não costuma apresentar propostas concretas de ação e, muitas vezes, incorre no generalismo da crítica apenas com o intuito de opor-se às políticas industriais do governo atual.

Brasil e a reunião dos BRICS

Os jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram e avaliaram os resultados da reunião e a Declaração de Nova Delhi, documento final do encontro entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, países integrantes do grupo BRICS ocorrida nos dias 27 e 28 de março, na Índia.

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o documento final da reunião apresentou cunho generalista com muito mais retórica do que ação, não tratando de nenhuma questão indispensável e, por isso, não provocou surpresa. Dentre os assuntos abordados, pode-se destacar a preocupação com a crise financeira internacional, cobranças aos países europeus e americanos, apelos a soluções dos conflitos no Oriente Médio e norte da África e reformas das grandes organizações internacionais.

Digno de nota é o posicionamento diferenciado, e por vezes divergente, dos dois jornais sobre a importância do grupo no cenário internacional.

O *Correio Braziliense* avalia que os países-membros do BRICS são muito mais do que economias emergentes em expansão em um mundo em crise, apontando a importância desses países em termos de indicadores



Observatório de Política Externa Brasileira

econômicos. Na opinião do periódico, dada as proporções das economias desses países, seria natural que buscassem maior participação no cenário internacional pela via de atuação em bloco.

De acordo com o diário, a viagem da presidente Rousseff à Índia para participar da reunião do grupo tinha objetivos para além do encontro do bloco que, na opinião do periódico, são essenciais para o fortalecimento dos países-membros. Dentre eles, o jornal aponta o de fortalecer os negócios brasileiros, dado o grande volume de empresários que a acompanharam, e o de discutir a escolha de um nome único para a presidência do Banco Mundial.

Entretanto, o *Correio Braziliense* aponta que há muitas dificuldades particulares para cada um desses países superarem antes que possam atingir o patamar de grandes economias mundiais. A China é uma ditadura que tem expandido sua economia por meio de desvalorizações cambiais artificiais, a Rússia tem crescido bastante, mas os movimentos políticos do país ainda despertam desconfiança, já Índia e Brasil continuam a possuir grandes problemas sociais para superar.

De um ponto de vista mais pessimista, o jornal *O Estado de S. Paulo* avalia que os BRICS não representam nada além de um grupo de grandes países emergentes com potencial para influenciar a relação de força dos mercados internacionais.

Ambos os periódicos concordam que seria necessário que os países fossem capazes de superar as divergências bilaterais e buscassem um objetivo comum. Para ratificar seu posicionamento, o jornal *O Estado de S. Paulo* aponta que Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul partilham poucos interesses de relevância suficiente para que seja possível classificá-los como aliados ou mesmo um bloco. A visão brasileira de que os grandes países emergentes são aliados estratégicos não possui nenhum grau de reciprocidade pelos demais, já que esses países, em diversas ocasiões, preferiram dar prioridade a parceiros regionais e às grandes potências do que para o Brasil e exemplifica algumas dessas situações: a oposição entre Brasil e China na questão cambial; a negociação para a abertura dos mercados agrícolas



Observatório de Política Externa Brasileira

mundiais na Rodada Doha, quando China e Índia opuseram-se à posição brasileira; as barreiras aos produtos agropecuários brasileiros na Rússia; e o envolvimento desproporcionalmente maior do Brasil do que os demais membros do bloco na reforma de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI). O periódico aponta que mesmo com a entrada da África do Sul, o grau de convergência de interesses dos membros do bloco ainda é muito limitado.

Os dois periódicos parecem discordar tanto sobre a importância dos BRICS quanto sobre a iniciativa de criação de um banco de desenvolvimento do grupo. O *Correio Braziliense* mostra-se mais otimista com possíveis ganhos que tal instituição pode trazer ao bloco, apesar de reconhecer as divergências político-econômicas entre seus membros e vê com bons olhos a proposta, qualificando-a como inédita e como um bom caminho para reduzir a dependência econômica relativamente aos Estados Unidos e à União Europeia. Por outro lado, o jornal *O Estado de S. Paulo* entende que as reuniões do grupo não agregam nada para os membros e considera desaconselhável a criação do banco, apregoando seu abandono e incentivando a busca pelo fortalecimento do Banco Mundial e dos bancos regionais de desenvolvimento.

É interessante notar que mesmo considerando-se o grande grau de divergência entre os membros do bloco em alguns temas de política internacional, pode-se dizer que diferentemente dos grandes blocos regionais que partem de objetivos e interesses comuns para seus projetos de integração, os BRICS foram primeiro considerados um grupo para depois unirem-se politicamente e, por isso, ainda buscam interesses comuns para a manutenção do bloco.

Pode-se dizer que antes de formalmente unirem-se em sua I Cúpula, na Rússia – à época a África do Sul ainda não era parte do bloco –, BRICS era um termo cunhado por um economista da Goldman Sachs no trabalho “Building a Better World Economic BRICs”. Defendia-se que Brasil, Rússia, Índia e China seriam as cinco maiores economias do mundo em 2050. Portanto, o movimento de união dos BRICS partiu muito mais da noção desses países serem



Observatório de Política Externa Brasileira

potencialmente grandes economias no futuro do que de iniciativas de interesses comuns dos membros. Paralelamente, pode-se apontar o ineditismo do bloco por conter países de grande heterogeneidade política e econômica.

Portanto, qualquer projeto de cooperação político-econômica, seja regional ou global, possui um período de institucionalização e maturação. Apesar de as diferenças entre os BRICS serem notáveis, todos são movidos por um princípio condutor: a busca de uma economia global que garanta mais espaço para os emergentes, aspecto que alguns dos periódicos analisados por este Observatório não conseguem depreender.

Especificamente na questão do Banco de Desenvolvimento, o jornal *O Estado de S. Paulo* parece desconhecer ou ignora deliberadamente a criação de um banco semelhante no âmbito da Alba-TCP, iniciativa integracionista latino-americana liderada pelo presidente venezuelano Hugo Chávez e que tem o mesmo propósito de dar maior autonomia financeira aos membros do bloco, de modo que estes não fiquem dependentes economicamente de países como os Estados Unidos e União Europeia ou de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI). Portanto, a iniciativa não é inédita, tampouco única.

Referências:

- Correio Braziliense – Opinião – **Nova Chance dos Brics** – 27/03/2012.
- Folha de S. Paulo – Opinião – **Revisão Obrigatória** – 14/03/2012.
- O Estado de S. Paulo – Notas & Informações – **Comércio Brasil-EUA melhora** – 02/03/2012.
- O Estado de S. Paulo – Notas & Informações – **Tsunami de palavras** – 06/03/2012.
- O Estado de S. Paulo – Notas & Informações – **O acerto com o México** – 21/03/2012.
- O Estado de S. Paulo – Notas & Informações – **Protecionismo e Desperdício** – 27/03/2012.
- O Estado de S. Paulo – Notas & Informações – **Mais encenação dos Brics** – 28/03/2012.
- O Estado de S. Paulo – Notas & Informações – **A Comédia dos Brics** – 31/03/2012.